

# **Comitê de Estatísticas Sociais**

**Composição, Objetivos e  
Principais Lacunas do Tema  
Trabalho no Brasil**

## **O Comitê de Estatísticas Sociais – CES, e sua Composição**

- O Comitê de Estatísticas Sociais - CES, criado através da Portaria Interministerial nº 424, de 6 de dezembro de 2007, foi inicialmente concebido para ser um fórum de avaliação e discussão de demandas para compor o Sistema de Estatísticas Sociais do País.
- É composto por duas instâncias:
  - Comitê Gestor, responsável pelas definições estratégicas do Comitê;
  - Grupo Executivo, cujo papel é efetivar as orientações estabelecidas no âmbito do Comitê Gestor.

## **Instituições Participantes do CES**

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ministério da Educação;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério da Previdência Social;
- Ministério da Saúde;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep; e
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

## Metas Principais do CES estabelecidas pelo Comitê Gestor

- Construir documentação padronizada das diversas bases de dados quer sejam registros administrativos, pesquisas sociais, censos, entre outros tipos de fontes de informação;
- Identificar potencialidades e **lacunas** das principais bases de dados do País com vistas à obtenção da visão sistêmica do que cabe avançar na produção e consistência das informações de natureza social;
- Avançar em direção à análise integrada dessas diversas bases.

## **Diretrizes Principais do CES, estabelecidas pelo Comitê Gestor**

- Promover o inventário das estatísticas sociais, em especial as oficiais, e atualizá-lo periodicamente;
- Viabilizar a consolidação, o aprimoramento, a comparabilidade e a facilidade do acesso à informação;
- Trabalhar para preencher as lacunas de informação e para ampliar as possibilidades de integração entre fontes;
- Organizar a demanda por informação e empreender ações coordenadas para otimizar a sua produção e o seu uso; e
- Adotar os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, 1994.

## **Fontes de Dados sobre o Tema Trabalho Inventariadas pelo Comitê**

- Economia Informal Urbana – ECINF/IBGE;
- Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE;
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE;
- Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF/IBGE;
- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTE;
- Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/MTE; e
- Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT/MPS.

## Lacunas Identificadas pelas Instiuições Produtoras

- Economia Informal Urbana – ECINF:
  - restringe-se ao setor informal e recorte urbano. Assim sendo, ela deixa de cobrir as atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores das áreas rurais.
  - periodicidade irregular. Foi realizada em 1998 e 2003.
- Pesquisa Mensal de Emprego – PME:
  - restringe-se às seis principais regiões metropolitanas brasileiras. É requerida a informação de curto prazo sobre mercado de trabalho para todo território nacional. A PNAD Contínua vai suprir essa lacuna.

## Lacunas Identificadas pelas Instiuições Produtoras

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD:
  - ampliar precisão de indicadores relacionados a diversos temas abordados ao nível de Unidade da Federação.
  - atualização conceitual no tema trabalho.
  - no que se refere a trabalho, a publicação anual de resultados não é suficiente.
- Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF:
  - é desejável periodicidade mais curta para informações sobre consumo para as seguintes aplicações: índices de preços, contas nacionais e estudos sobre condições de vida e pobreza. Esquema de POFs contínuas no âmbito do SIPD vai suprir esse ponto.

## Lacunas Identificadas pelas Instiuições Produtoras

- Relação Anual de Informações Sociais – RAIS:
  - ampliar a cobertura da variável raça/cor dos estatutários.
- Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT:
  - dada a forma como é feito o reconhecimento da natureza acidentária dos benefícios concedidos pelo INSS, para os acidentes do trabalho identificados sem registro da CAT há falta de informações sobre detalhes do acidente tais como local, tipo do acidente, entre outras.

## Convenção 160 da OIT – Estatísticas do Trabalho

- População economicamente ativa, emprego, desemprego e subemprego;
- Estrutura e distribuição da população economicamente ativa;
- Média de ganhos, média de horas de trabalho e taxas de salário por horas de trabalho;
- Estrutura e distribuição dos salários;
- Custo da mão-de-obra;
- Índices de preços ao consumidor;
- Gastos e rendimentos das unidades familiares;
- Lesões e enfermidades provocadas por acidentes de trabalho;
- Conflitos do trabalho.

## Custo da mão-de-obra

- Os dados provenientes da PNAD e POF investigam aspectos ligados à remuneração de empregados e trabalhadores por conta própria.
- Permitem apenas uma estimativa parcial do custo do trabalho, pois não captam alguns componentes, como custos com treinamento, serviços e transporte, os quais não se transformam em renda monetária para o trabalhador.
- Uma fonte alternativa de dados são as pesquisas setoriais do IBGE: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa Anual de Serviços (PAS) e Pesquisa Anual do Comércio (PAC). Todas contêm dados tanto sobre a remuneração paga aos empregados quanto sobre outros custos relacionados à contratação de trabalho.

## **Custo da mão-de-obra**

- No caso dos trabalhadores rurais, o Censo Agropecuário coleta informações sobre o valor total dos salários pagos em dinheiro ou em produtos para empregados ou outra condição (inclusive 13º salário, férias e encargos).
- No que se refere à administração pública, não há boas informações por meio das pesquisas diretas, mas há possibilidade de estimar salários e custos não-salariais por meio dos registros orçamentários.
- Há estatísticas tanto de remuneração do trabalho (que permitem estimativas indiretas do custo total) para o conjunto da força de trabalho quanto de custos totais do emprego para os principais setores. Há, no entanto, espaço para melhorar as informações sobre custos do trabalho nos setores agropecuário e da administração pública.

## **Lesões e enfermidades provocadas por acidentes de trabalho**

- Ainda há muito sub-registro do número de acidentes do trabalho.
- As estatísticas de acidentes de trabalho divulgadas pelo Ministério da Previdência só consideram o mercado formal.
- Além do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT do Ministério da Previdência existem outras fontes como a RAIS do Ministério do Trabalho e outras do Ministério da Saúde, tais como Autorização de Internação Hospitalar – AIH, Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM e Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN.
- Estas bases apresentam diferenças conceituais entre si, mas são complementares e devem ser analisadas conjuntamente para melhor estimar o número de acidentes de trabalho.

## Conflitos do trabalho

- O Ministério do Trabalho e Emprego já fez pesquisas sobre greves, mas atualmente não possui informações sobre conflitos do trabalho.
- Embora o DIEESE não cubra todas as categorias de conflitos no trabalho, possui um sistema de acompanhamento de greves, o SAG-DIEESE. Este sistema tem como fonte de informações as notícias veiculadas em jornais impressos ou eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

## Terceirização e subcontratação

- É um ponto difícil de ser medido. Há diversos níveis de terceirização e subcontratação, que vão de pessoas até empresas.
- Uma possível fonte de informações seria a GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) do MPS, que permite montar vínculos entre tomadores e prestadores de serviços. Entretanto, o Ministério da Previdência ainda não possui capacidade tecnológica para fazer processamento e divulgação desta base, tendo em vista que são recebidos cerca de 35 milhões de registros a cada mês.

**Obrigado!**